SENADO FEDERAL

MENSAGEM
Nº 120, DE 2010
(nº 213/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Os méritos do Senhor Marcos Bezerra Abbott Galvão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de maio de 2010.

EM No 00183 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 29 de abril de 2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO*
CPF.: 221.191.831-04
ID.: 7333 MRE

14/01/1959	Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, EUA (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)
29/01/1979	CPCD - IRBr
27/08/1980	Prêmio Rio Branco, Brasil, IRBr, Medalha de Ouro
28/08/1980	Prêmio Lafayette Carvalho e Silva, Brasil, IRBr, Medalha de Bronze
02/09/1980	Terceiro Secretário em 2 de setembro
03/09/1980	Divisão da América Meridional-II, assistente
01/06/1981	Departamento das Américas, assistente
04/06/1981	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
11/01/1982	Instituto Rio Branco, Professor-assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
22/12/1982	Segundo Secretário em 22 de dezembro
28/12/1982	Secretaria-Geral, assessor
16/06/1983	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

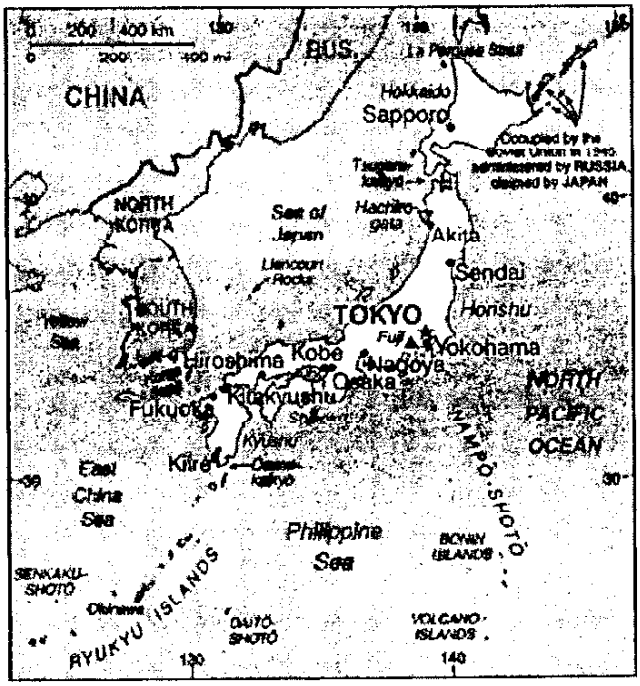
13/06/1984 CAD - IRBr
18/06/1984 Missão Permanente junto à OEA, Washington, Segundo Secretário
06/04/1987 Embaixada em Assunção, Segundo e Primeiro Secretário
17/12/1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
16/12/1988 Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
07/03/1990 Instituto Rio Branco, Professor-assistente de Relações Internacionais
08/03/1990 Instituto Rio Branco, Orientador Profissional
16/03/1990 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
28/10/1992 Fundação Alexandre de Gusmão, Diretor-Geral
01/03/1993 Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
01/07/1993 Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol.6, n. 12
26/11/1993 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Chefe de Gabinete do Ministro
16/06/1994 Ministério da Fazenda, Assessor Especial do Ministro
30/06/1994 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
29/01/1995 Embaixada em Londres, Conselheiro
31/10/1997 CAE - IRBr, Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual e alguns elementos para a política externa brasileira
04/05/1998 Gabinete do Ministro de Estado, Subchefe e Porta-voz
28/05/1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
01/06/1998 Globalização: arautos, céticos e críticos, in Política Externa, vol.6, n.4 e vol.7,n.1
08/03/1999 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
27/04/1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
29/06/1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho
22/10/1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
30/03/2000 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
27/04/2000 Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
26/02/2001 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
10/08/2005 Ministério da Fazenda, Chefe de Gabinete do Ministro
22/12/2006 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 22 de dezembro
14/12/2007 V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, Berlim, Chefe de Delegação.
03/01/2008 Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
04/01/2008 Presidente do Secretariado do Grupo dos 20 Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20), durante a presidência brasileira, em 2008
14/03/2008 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Brasília, Chefe de Delegação
31/03/2008 Reunião de Vice-Ministros do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Roma, Chefe de Delegação
13/06/2008 Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, Osaka, Japão, Chefe de Delegação
24/06/2008 I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Cancún, México, Chefe de Delegação
30/08/2008 Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
11/09/2008 Reunião de Vice-Ministros do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Cidade do México, Chefe de Delegação
31/01/2009 Reuniões (4) de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, Londres, Horsham e Edimburgo, Reino Unido, e Basileia, Suíça, Chefe de Delegação.
02/03/2009 Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, Porto, Portugal, Chefe de Delegação

25/06/2009 Reunião de Vice-Ministros do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington, Chefe de Delegação
29/06/2009 I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, Lisboa, Chefe de Delegação
03/07/2009 II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, Viña del Mar, Chile, Chefe de Delegação
12/09/2009 Reunião de Vice-Ministros do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), Cairo, Chefe de Delegação

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA-II

RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO
INFORMAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS 1

INFORMAÇÕES SOBRE O JAPÃO 2

SUMÁRIO DAS RELAÇÕES BILATERAIS 4

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS 10
COMÉRCIO BILATERAL 9
COMUNIDADE BRASILEIRA NO JAPÃO 5
COOPERAÇÃO TÉCNICA 13

ANEXOS 16

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FATOS DO JAPÃO 16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-JAPÃO 18

DADOS BÁSICOS

Capital	Tóquio
Área	377.899 km² (pouco maior que o Mato Grosso do Sul)
População (2008)	127,1 milhões
Unidade monetária	Iene
PIB (2009)	US$ 5,08 trilhões (preços correntes) US$ 4,19 trilhões (PPP)
PIB per capita (2009)	US$ 39.951 (preços correntes) US$ 32.817 (PPP)
Crescimento do PIB	-1,2% (2008); -5,3% (proj 2009); 1,7% (proj 2010) (FMI)
Exportações totais (2008)	US$ 783 bilhões
Principais produtos exportados	Veículos e acessórios (22,0%); caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos (19,5%); máquinas e aparelhos elétricos (17,6%)
Principais países de destino das exportações	EUA (17,8%); China (16,0%); Coreia do Sul (7,6%)
Importações totais (2008)	US$ 761 bilhões
Principais produtos importados	Combustíveis, óleos e ceras minerais (35,1%); máquinas e aparelhos elétricos (10,0%); caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos (7,9%)
Principais países de origem das importações	China (18,9%); EUA (10,4%); Arábia Saudita (6,7%)
Exportações brasileiras (2009)	US$ 4,3 bilhões
Principais produtos exportados pelo Brasil	Minérios de ferro não aglomerados (24,1%); frango congelado (14,3%); alumínio (9,1%); café em grãos (6,8%)
Importações brasileiras (2009)	US$ 5,4 bilhões
Principais produtos importados pelo Brasil	Caixas de marchas para veículos automóveis (3,9%); automóveis para até seis passageiros (2,3%); partes e acessórios para motocicletas (2,2%)
Embaixador do Brasil no Japão	
Embaixador do Japão no Brasil	Ken Shimanouchi

Fontes: *Country Report Japan, Economist Intelligence Unit; IMF World Economic Outlook*, janeiro de 2010.

Comércio bilateral (em US$ milhões):

BRASIL⇒ JAPÃO	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
Exportações	2.774,2	3.482,6	3.894,5	4.321,3	6.114,5	4.269,7
Importações	2.868,7	3.405,0	3.839,6	4.609,2	6.806,7	5.367,6
Saldo	-94,4	77,6	54,9	-287,8	-692,2	-1.097,9
Corrente de comércio	5.642,9	6.887,6	7.734,1	8.930,5	12.921,3	9.637,3

Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

INFORMAÇÕES SOBRE O JAPÃO

Uma das monarquias mais antigas do mundo, o Japão saiu do feudalismo no final do século XIX, com o término do Xogunato da Era Tokugawa (1603-1867) e o início da Restauração Meiji (1868-1912). Após vencer a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), emergiu como poderosa força militar e concorrente das potências europeias no Extremo Oriente. Ao longo da primeira metade do século XX, desenvolveu uma política expansionista, direcionada, segundo o discurso oficial, para a criação de uma "esfera de co-prosperidade do Leste da Ásia".

Em 1933, o Japão retirou-se da Liga das Nações. Em 1937, forças japonesas invadiram a China, dando início à ocupação militar de vastas áreas do continente e do Pacífico, o que resultou na entrada do país na Segunda Guerra Mundial, ao lado da Alemanha e da Itália.

Derrotado na guerra, após os bombardeios nucleares em Hiroshima e Nagasaki, o Japão tornou-se, após 1945, um modelo de reconstrução econômica, tendo substituído a orientação militarista do passado pela aliança estratégica com os EUA.

Em 1946, foi promulgada nova Constituição, em substituição à Carta de 1889. Dentre seus traços principais, ressaltam a ausência de referência à condição divina do Imperador e o pacifismo, materializado no seu Artigo 9, que renuncia ao direito de beligerância. Em 1952, após anos de ocupação norte-americana, o Japão recuperou sua soberania. A partir dos anos 60, o país consolidou-se como um exemplo de prosperidade econômica, estabilidade política e centro de produção de conhecimento.

O Japão enfrentou, na década de 90, forte desaceleração em seu crescimento, seguida por modesta recuperação até o início de 2008. O país foi duramente atingido pela crise financeira internacional. Em 2009, o PIB japonês decresceu 5,3% em relação ao ano anterior, segundo estimativas do FMI. No mesmo período, a economia mundial teria encolhido em 0,8%, com retração de 3,2% dos países desenvolvidos.

O país possui regime de monarquia parlamentarista. O Parlamento ("Dieta") é formado pela Casa dos Conselheiros (Sangi-in), ou Câmara Alta, e pela Casa dos Representantes (Shugi-in), ou Câmara Baixa, cujos membros são eleitos por sufrágio universal direto (o voto não é obrigatório). Ao contrário da Constituição Meiji de 1889, que consagrava o princípio da igualdade de poder entre as duas Câmaras da Dieta, a Constituição redigida em 1946 confere à Câmara Baixa um poder legislativo superior ao da Câmara Alta. O Artigo 59 reconhece

especificamente a precedência das decisões da Câmara Baixa em quatro áreas principais: elaboração de leis, aprovação do orçamento nacional, aprovação de tratados e designação do Primeiro-Ministro. No entanto, a Câmara dos Conselheiros não pode ser dissolvida pelo Primeiro-Ministro. A Câmara Baixa (ou dos Representantes) é composta de 480 membros com mandatos de quatro anos. A Câmara Alta é formada por 253 Conselheiros, 100 eleitos nacionalmente com base no sistema de representação proporcional e 153 eleitos diretamente por distritos. O mandato é de seis anos e, a cada três anos, realizam-se eleições para a metade dos seus membros.

Nas eleições gerais de agosto de 2009, o até então oposicionista Partido Democrático do Japão (PDJ) obteve importante vitória sobre o Partido Liberal Democrático (PLD), que governou o Japão praticamente durante todo o pós-Guerra. O líder do PDJ, Yukio Hatoyama, tomou posse como Primeiro-Ministro em setembro último.

Uma das áreas nas quais o novo Governo prometeu mudanças é a política externa do país. O Governo Hatoyama anunciou a intenção de buscar maior autonomia no relacionamento com os EUA, que poderiam vir a ter problemas para renovar a permanência de algumas bases militares no Japão, e de resgatar uma identidade asiática, por meio de maior proximidade com outros países da região. Nesse sentido, destaca-se proposta japonesa de criação de uma Comunidade da Ásia do Leste, inspirada na União Européia.

SUMÁRIO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

O Japão é o mais tradicional parceiro do Brasil na Ásia e nosso segundo mais importante sócio comercial na região. Após a notável expansão dos anos 70 e início dos 80 e o declínio observado até o final dos anos 90, as relações voltaram a registrar expressivos avanços.

Por decisão conjunta do Presidente Lula e do ex-Primeiro Ministro Junichiro Koizumi, na troca de visitas em 2004 e 2005, foi celebrado, em 2008, o "Ano do Intercâmbio Brasil-Japão", por ocasião do centenário da imigração nipônica ao País. O alcance do "Ano do Intercâmbio" transcendeu as festividades do centenário, na medida em que contribuiu para revitalizar o conjunto da agenda bilateral, tanto em tópicos tradicionais, como agricultura, mineração e siderurgia, quanto em novas áreas, como comunidade brasileira no Japão, etanol e TV digital.

As comemorações do Centenário foram prestigiadas pela visita do Príncipe Herdeiro Naruhito ao Brasil, em junho do mesmo ano.

Posteriormente, o Presidente Lula encontrou o Primeiro-Ministro do Japão, à margem das Cúpulas do G-8 em Hokkaido, em 2008, e em Áquila, em 2009.

Além disso, em 2008, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, chefiou delegação parlamentar em visita ao Japão, ocasião em que foi recebido pelo Imperador Akihito e pelos Presidentes das Câmaras Alta e Baixa do Parlamento. O diálogo interparlamentar tem sido conduzido pelo Grupo Parlamentar Brasil-Japão, cujo atual presidente, Deputado Walter Ihoshi, visitou o país asiático em outubro de 2009, para inteirar-se das condições da comunidade brasileira que vive no país.

A recente troca de Governo no Japão, em 2009, não repercutiu na agenda bilateral, o que atesta a maturidade das relações entre os dois países.

O comércio bilateral totalizou US$ 9,6 bilhões, em 2009, o segundo maior com países asiáticos. No campo econômico, destacam-se importantes investimentos do Japão em setores como agricultura, com destaque para o PRODECER, que contribuiu para o plantio de soja no Centro Oeste; mineração; siderurgia; papel e celulose; e indústria naval, além de novos setores, como TV digital e possibilidades de participação nipônica no projeto de trem de alta velocidade e em setores ligados ao pré-sal.

Registre-se ainda que, pelo peso dos dois países no cenário internacional, as relações transcendem a esfera bilateral e projetam-se para os principais assuntos de governança global (sobre o assunto, tem havido consultas entre os países em diversos níveis, sendo as mais recentes as Consultas Políticas, em Tóquio, e a vinda do Diretor-Geral do Departamento de Nações Unidas da Chancelaria japonesa ao Brasil, em janeiro de 2010). Ambos são membros do G-4, grupo que conta ainda com Alemanha e Índia e que pleiteia uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a torná-lo mais representativo da realidade contemporânea e, portanto, mais legítimo e eficaz. Ambos participam também do G-20 financeiro e possuem um mecanismo de Diálogo Informal sobre Mudança do Clima (criado em 2004 e reunido pela última vez em 2009), de especial relevância após os resultados da reunião de Copenhagen, em dezembro de 2009.

Comunidade brasileira no Japão

A vertente humana constitui o principal elemento diferenciador das relações bilaterais. A comunidade nipo-brasileira, em sua quinta geração, alcança cerca de 1,7 milhão (maior colônia japonesa no exterior). Por sua vez, a comunidade brasileira no Japão é a terceira maior no exterior, apesar

de ainda enfrentar dificuldades em sua inserção na sociedade nipônica, sobretudo no que se refere ao acesso à educação e aos benefícios da previdência social nipônica.

Dados do Governo japonês apontaram queda do número de brasileiros vivendo no Japão, que passaram de 320 mil, antes do início da crise financeira internacional, para cerca de 265 mil, em 2009. Estatísticas do Ministério da Justiça japonês apontam que de janeiro de 2008 a junho de 2009 o saldo migratório de brasileiros naquele país foi negativo em 54.709 pessoas. A saída de brasileiros atingiu o ápice em janeiro de 2009, quando 12.473 pessoas retornaram ao País. Desde então, o número de retornados vem caindo gradualmente e o número de pessoas indo para o Japão continua pouco expressivo. Cerca de 13 mil brasileiros requisitaram o auxílio-retorno oferecido pelo Governo japonês.

Em 2009, houve troca de missões para tratar dos temas relativos à comunidade brasileira no Japão. Pelo lado japonês, veio ao Brasil missão chefiada pelo Diretor-Geral do Departamento Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Pela Parte brasileira, visitou o Japão delegação liderada pelo Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social e pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Itamaraty.

Apesar da severidade com que a crise financeira internacional se abateu sobre o país, as autoridades japonesas têm demonstrado atitude solidária em relação à comunidade brasileira. De modo especial, acolhemos muito positivamente as medidas de apoio nas áreas de educação, habitação e emprego.

Entre as medidas, destacam-se:

- Apoio para obter moradia;
- apoio à inserção dos filhos dos trabalhadores brasileiros em escolas japonesas;
- redução do prazo de três anos que as autoridades nipônicas haviam estabelecido para que os brasileiros que aceitassem ajuda financeira para deixar o país pudessem obter novo visto de trabalho. Estima-se que 30% dos brasileiros no país estão desempregados;
- acesso, em português, à rede de agência de empregos "Hello Work";
- organização de cursos gratuitos de japonês a brasileiros "nikkeis" que estejam em busca de trabalho;
- organização de cursos de capacitação e treinamento na "Japan International Cooperation Agency"(JICA) e nas sedes de alguns governos provinciais com concentração de estrangeiros; e

- financiamento, sem exigência de garantias, de passagens aéreas para o Brasil pelo Governo da Província de Gifu.

Acordo Previdenciário

O acordo previdenciário entre Brasil e Japão, antiga reivindicação da comunidade brasileira no país, está em fase bastante adiantada de negociação. Em janeiro de 2010, foi realizada a II Reunião entre Brasil e Japão para Negociação do Acordo Previdenciário. Uma vez aprovado, o tempo de contribuição previdenciária num país poderia ser levado em conta no outro, para fins de aposentadoria.

Reuniões de Coordenação Consular e de Temas Trabalhistas

Teve lugar em Tóquio, em março de 2010, Reunião de Coordenação Consular, para discutir os efeitos das medidas implementadas pelo Governo japonês em benefício dos decasséguis atingidos pela crise econômica, além de outros temas pontuais. Também foi tratada a instalação da Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu.

Em paralelo à Reunião de Coordenação Consular, realizou-se também Reunião sobre Temas Trabalhistas. A reunião constituiu o primeiro contato direto, nessa área, entre o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e Ministério do Trabalho, Saúde e Bem-Estar japonês. Houve contatos anteriores entre os dois lados sobre temas trabalhistas, como missão oficial ao Japão, em junho de 2009. Temos interesse em aumentar a confiança e interação entre os Ministérios, com vistas à criação de um canal de comunicação para discutir as questões trabalhistas. Além disso, o Governo brasileiro propôs ao japonês a criação de um Grupo de Trabalho bilateral sobre temas trabalhistas.

Temas educacionais

A crise financeira internacional teve efeitos na área de educação. De novembro de 2008 a outubro de 2009, 16 escolas brasileiras no Japão tiveram que encerrar suas atividades, enquanto em todo o período 2001 a 2008, 11 estabelecimentos haviam fechado suas portas. Desde o início da crise, a evasão escolar chegou a 48%: em outubro de 2008, havia 11.429 alunos matriculados em escolas brasileiras; em setembro de 2009, o número registrado foi de 5.502 crianças. Desses, 64% retornaram ao Brasil, 13% ingressaram em escolas públicas japonesas, 10,5% encontram-se em casa e os demais não informaram.

Em setembro de 2009, havia 83 escolas brasileiras em funcionamento no Japão. Dessas, 47 foram homologadas pelo MEC, 11

encontram-se em processo de homologação e 6 tornaram-se "miscellaneous schools" (o que as credencia a receber recursos públicos japoneses). Trinta e três (33) escolas foram habilitadas ou "homologadas" pelo Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia japonês (MEXT), o que permite aos alunos daquelas instituições de ensino prestar o vestibular nipônico sem a necessidade de realizar curso equivalente ao exame supletivo.

Em setembro de 2009, ocorreu em Nagoya o I Simpósio sobre Educação, organizado pela Associação das Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ). Entre os temas discutidos, destacam-se a abordagem das escolas brasileiras; a crise de identidade das crianças brasileiras nascidas no Japão; e o paradoxo das escolas brasileiras, reconhecidas no Japão como empresas e no Brasil como instituições de ensino.

Em outubro de 2009, foi realizada a 11ª edição do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) no Japão. Inscreveram-se 2.702 candidatos, um acréscimo de 13% em relação a 2008. Além disso, o Consulado-Geral em Tóquio responsabilizou-se pela aplicação dos exames em sete estabelecimentos carcerários. Registra-se elevado grau de interesse no exame supletivo por parte da comunidade brasileira residente no Japão.

Também em outubro, foi realizada a V Reunião Bilateral Brasil-Japão sobre temas educacionais, em Tóquio. O lado japonês apresentou as ações tomadas para assistir as crianças estrangeiras residentes no Japão, entre elas: facilitar a transição para escola pública japonesa; medidas para crianças que se encontram fora da escola; apoio às crianças de escolas brasileiras (auxílio financeiro, bolsas de estudo e contratação de orientadores bilíngües); criação de espaço para recreação e aulas de reforço e adaptação à cultura japonesa. O governo japonês criou ainda o programa Arco-Íris, com duração de três anos, para ministrar aulas de japonês a crianças brasileiras e peruanas que se encontram fora da escola.

O lado brasileiro apresentou suas ações em prol da comunidade brasileira no Japão, entre elas: 10 anos de história de homologação de escolas brasileiras; realização da 11ª edição do ENCCEJA; equivalência do sistema escolar brasileiro ao japonês; aplicação do ENEM no Japão, a partir de 2010; intenção de aumentar parcerias entre universidades brasileiras e japonesas; ida de missão técnica da Secretaria de Educação Básica do MEC ao Japão, em 2010, para analisar gestão escolar, práticas pedagógicas, nível acadêmico dos professores e aprendizado dos alunos nas escolas brasileiras no Japão.

Ademais, encontram-se em fase final de negociação os textos de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Acadêmica e Termo de Implementação, entre a CAPES e a "Japan Society for the Promotion of Science" (JSPS).

Cooperação jurídica

O Brasil tem buscado, desde 2003, a negociação de tratados bilaterais com o Japão. Data de 25 de junho daquele ano a I Reunião Bilateral de Consulta Consular, oportunidade na qual a delegação brasileira apresentou, para consideração, cinco textos-modelos que serviriam de base para a elaboração de tratados sobre os seguintes temas: cooperação jurídica em matéria penal, transferência de pessoas condenadas, extradição, previdência social e cooperação jurídica em matéria civil (este último visaria a substituir acordo vigente, de 1940).

Dentre outros pontos, o instrumento de cooperação jurídica em matéria civil facilitaria a tramitação de cartas rogatórias, questão de especial sensibilidade em matéria de direito da família, como demonstrado durante a audiência pública perante as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que teve lugar em 14 de abril de 2010, para tratar da situação das famílias abandonadas por uma parcela dos decasséguis. Do lado japonês, há interesse em evitar a impunidade no caso de brasileiros que hajam cometido crimes em seu território e depois se evadiam para o Brasil. Sobre o assunto, o Governo brasileiro já esclareceu à Parte japonesa que, por princípio constitucional, é vedada a extradição de nacionais brasileiros. Alternativamente, para a finalidade de processar réus que fugiam para o Brasil, mesmo na ausência de acordo específico, pode ser invocada a figura da persecução criminal, ao amparo do art. 7º do Código Penal pátrio, bastando apenas que o pedido seja devidamente instruído e fundamentado em promessa de reciprocidade.

Deve ser definida proximamente data para a realização da III Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Japão sobre temas jurídicos.

Comércio bilateral

(US$ FOB)

ANO	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1990	2.348.517.001	1.482.305.342	866.211.659	3.830.822.343
1991	2.556.613.060	1.433.414.724	1.123.198.336	3.990.027.784
1992	2.305.516.282	1.446.019.124	859.497.158	3.751.535.406
1993	2.313.020.291	1.918.809.441	394.210.850	4.231.829.732
1994	2.574.085.563	2.411.931.565	162.153.998	4.986.017.128
1995	3.101.596.432	3.300.862.373	-199.265.941	6.402.458.805
1996	3.047.133.859	2.783.775.709	263.358.150	5.830.909.568
1997	3.068.120.526	3.534.433.387	-466.312.861	6.602.553.913
1998	2.204.927.954	3.274.327.424	-1.069.399.470	5.479.255.378
1999	2.192.598.498	2.575.784.667	-383.186.169	4.768.383.165
2000	2.472.374.403	2.961.233.042	-488.858.639	5.433.607.445
2001	1.986.280.102	3.063.769.654	-1.077.489.552	5.050.049.756
2002	2.097.953.829	2.347.544.923	-249.591.094	4.445.498.752
2003	2.310.545.977	2.520.523.813	-209.977.836	4.831.069.790
2004	2.767.994.878	2.868.674.552	-100.679.674	5.636.669.430
2005	3.476.104.750	3.405.031.090	71.073.660	6.881.135.840
2006	3.894.521.360	3.839.633.337	54.888.023	7.734.154.697
2007	4.321.335.071	4.609.392.158	-288.057.087	8.930.727.229
2008	6.114.519.602	6.806.891.705	-692.372.103	12.921.411.307
2009	4.269.694.690	5.367.569.973	-1.097.875.283	9.637.264.663

Fonte: MDIC

O Japão foi, em 2009, o segundo parceiro comercial do Brasil na Ásia, com uma corrente de comércio de US$ 9,6 bilhões. O país, que na década de 1970 chegou a ser o segundo sócio brasileiro no mundo, perdeu para a China a condição de principal parceiro no continente asiático, em 2003.

Os esforços de revitalização do comércio bilateral, que ganharam particular impulso com a celebração, em 2008, do centenário da imigração japonesa para o Brasil, apresentaram bons resultados. Naquele ano, houve crescimento de 44,7% da corrente comercial, em relação ao ano anterior (enquanto o total brasileiro expandiu-se em 31,9%, no mesmo período).

No entanto, em 2009, o comércio com o Japão foi afetado pela crise financeira internacional e retraiu-se em 25,4%, em relação a 2008 (próximo ao desempenho do comércio global brasileiro, de -24,4%). Nossas exportações reduziram-se em 30,2% e as importações, em 21,1%. No mesmo período, as exportações totais do Brasil contraíram-se em 22,7%, e as importações, em 26,3%.

Os principais produtos da pauta de exportações brasileira para o Japão, em 2009, foram minérios (29,7%); carnes (14,5%); alumínio (9,2%);

café, chá e especiarias (6,8%); e ferro e aço (6,5%), que juntos responderam por 66,7% do total.

Nossas importações, em 2009, tiveram a seguinte composição: máquinas e aparelhos mecânicos (33,2%); veículos, partes e acessórios (18,7%); máquinas e aparelhos elétricos (14,3%); instrumentos de ótica, fotos e médicos (7,1%); e ferro e aço (5,4%), totalizando 78,7% das compras do Japão.

Como se observa, prevalece na pauta comercial concentração das exportações brasileiras em produtos de menor valor agregado, ao contrário do que ocorre do lado das exportações nipônicas. O Governo brasileiro tem envidado esforços para mudar esse quadro, valendo ressaltar a exportação, em 2008, de aviões da EMBRAER. Há também esforços bem sucedidos de exportação de software brasileiro.

Em setembro de 2009, foi realizada a II Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos, em Tóquio, quando o lado brasileiro foi chefiado pelo Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho. Dentre outros temas, foram discutidas as restrições às exportações brasileiras de carne resfriada e o interesse japonês em participar do projeto do trem de alta velocidade.

Investimentos e relacionamento econômico-comercial

Investimentos

Os investimentos japoneses tiveram grande importância para o desenvolvimento da economia brasileira. Na agricultura, merece relevo a participação japonesa nos programas PRODECER I e II, que contribuíram para a expansão da fronteira agrícola no Cerrado e para a descoberta de sua vocação exportadora de soja. Nos setores de base, houve participação nipônica de destaque em mineração, siderurgia e papel e celulose. Indústrias japonesas têm também presença importante nas áreas naval e automotiva.

Do lado brasileiro, destaca-se investimento da Petrobrás no Japão, com a compra, em 2008, da refinaria Nansei Sekiyu, em Okinawa, e o programa de produção e comercialização da gasolina "E3" (adição de 3% de etanol à gasolina), em Kanto, além de planos de venda do combustível "E10" (10% de etanol).

Estudam-se projetos triangulares em terceiros países, notadamente no continente africano, nos segmentos de alimentos e energia (vide a seção sobre Cooperação Técnica, mais abaixo).

TV Digital e semicondutores

A parceria iniciada em 2006, que resultou no desenvolvimento de

sistema japonês com inovações brasileiras de TV Digital (ISDB-T), resultou altamente exitosa.

As iniciativas conjuntas de divulgação tiveram grande êxito na América do Sul, com a adesão de países como Argentina, Chile e Venezuela. Há possibilidades de que seja escolhido, também, pelo Equador e Bolívia, e por países africanos, como Moçambique.

O Brasil tem a expectativa de que o Governo japonês acelere os esforços para a instalação de fábrica de semicondutores no País, conforme possibilidade prevista no Memorando de Entendimento da TV Digital. Vale ter presente, a propósito, que a Coreia do Sul manifestou interesse em instalar fábrica no Brasil, por meio de parceria entre as empresas Hana Mícron e Hynix (segunda maior produtora de semicondutores da Coreia do Sul). Além disso, foram oferecidos incentivos para atrair empresas dos EUA, da China e do próprio Japão.

O Brasil já realizou ações concretas para concretizar a parceria nessa área, como a apresentação do "Plano Estratégico de Semicondutores" e a capacitação de cerca de 1.500 engenheiros e projetistas e a implantação do CEITEC (empresa pública, sediada no Rio Grande do Sul, que produz componentes e "know-how" nacional na área de semicondutores).

Em janeiro de 2010, foi feito o lançamento do "Semiconductor Design Training Program", iniciativa da Toshiba que prevê o treinamento de 20 engenheiros brasileiros e faz parte do "roadmap" para a instalação de fábrica de semicondutores japonesa no Brasil.

Etanol e GT sobre Biomassa

Em 2005, Brasil e Japão estabeleceram um Grupo de Trabalho bilateral sobre Biomassa, coordenado pelo MDIC e pelo METI. Desde então, foram realizadas duas reuniões, a última em julho de 2008. Há, contudo, reticência japonesa em tornar obrigatório o uso do insumo, o que implicaria em sua utilização em larga escala, contribuindo para torná-lo uma commodity internacional.

Conforme mencionado, a PETROBRAS adquiriu refinadora de petróleo em Okinawa, que poderia ser utilizada para distribuir etanol no mercado japonês e em outros mercados asiáticos. A empresa mantém no país programa de venda da gasolina "E3", que utiliza mistura de 3% de etanol ao combustível, e tem planos de comercializar o "E10" (10% de etanol).

Trem de Alta Velocidade

O Brasil aguarda com interesse a proposta japonesa para o projeto do Trem de Alta Velocidade, cujo pré-edital já foi divulgado. A transferência de tecnologia terá papel fundamental na decisão final brasileira, bem como o financiamento e o valor proposto para a tarifa. Sobre o assunto, o

Primeiro-Ministro japonês já endereçou duas cartas ao Presidente Lula realçando a disposição de seu país de incluir em sua oferta ampla transferência de tecnologia.

Recentemente, o Japão enviou missão ao Brasil, chefiada por seu Vice-Ministro Parlamentar da Terra, Infraestrutura, Transporte e Turismo e integrada por Vice-Ministro Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e representantes das empresas Mitsui, Mitsubishi, Toshiba e Hitachi. Na ocasião, os dois Vice-Ministros entregaram ao Senhor Vice-Presidente da República carta do Primeiro-Ministro Hatoyama ao Presidente Lula, na qual a Parte japonesa reitera o interesse em participar do Projeto e de proceder à transferência de tecnologia.

Jato regional da Mitsubishi

A Mitsubishi Heavy Industries está desenvolvendo jato regional, com capacidade de 70-90 passageiros. A aeronave poderá concorrer diretamente com modelos similares produzidos pela EMBRAER.

O Governo brasileiro solicitou informações à Parte japonesa sobre os programas oficiais de apoio ao desenvolvimento do projeto, a respeito dos mecanismos oficiais de apoio a essa iniciativa.

Tecnologia da Informação

O mercado brasileiro de "offshore outsourcing" movimentou cerca de US$ 1,4 bilhão, em 2008, o que representou crescimento de 75% em relação a 2007. A Embaixada do Brasil em Tóquio tem realizado seminários e promovido o intercâmbio entre empresários dos dois países interessados em cooperar e formar "joint ventures" na área. O setor de Tecnologia da Informação, que inclui software, animação e desenho gráfico, desponta como área nova na agenda bilateral e poderá desenvolver-se rapidamente em 2010.

Infraestrutura e energia

Há perspectivas favoráveis de participação japonesa em projetos do PAC e, em particular, em setores relacionados à exploração de petróleo no pré-sal. Sobre esse ponto, aguardam-se possíveis investimentos nipônicos, para o desenvolvimento de novos materiais e equipamentos.

Diálogo empresarial

Em nível empresarial, ressaltam dois instrumentos principais de diálogo: o "Grupo dos Notáveis" e o mecanismo CNI-Keidanren.

O "Grupo de Notáveis" foi criado por ocasião da visita do Presidente Lula ao Japão, em maio de 2005, no âmbito das comemorações do Centenário da imigração japonesa no Brasil. Em julho de 2008, os

membros do Grupo apresentaram relatório ao Presidente Lula e ao então Primeiro-Ministro Shinzo Abe, com sugestões sobre o encaminhamento das relações bilaterais.

Do lado brasileiro, o Grupo tem como Presidente de Honra o Dr. Eliezer Batista e como Presidente Executivo o Dr. Carlos Mariani Bittencourt, Vice-Presidente da Firjan. Participam também o ex-Ministro da Agricultura e Professor da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues; o ex-Presidente da USIMINAS, Rinaldo Soares; e representantes da PETROBRÁS e da VALE. Pelo lado japonês, compõem o "Grupo de Notáveis" os CEOs da Nippon Steel, que o preside, Mitsui, Toyota, e JICA.

Por sua vez, o mecanismo CNI-Keidanren reúne as duas instituições mais representativas dos setores privados dos dois países. As reuniões são bianuais e a próxima sessão está prevista para maio vindouro, em Tóquio.

Carne suína "in natura" proveniente do estado de Santa Catarina. Liberalização do mercado japonês.

A abertura do mercado japonês para a carne suína brasileira representaria importante oportunidade para os exportadores brasileiros. No momento, o Japão já é o maior importador de frango congelado do País.

O Governo brasileiro, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério das Relações Exteriores, tem envidado esforços no sentido de viabilizar as exportações de carne suína "in natura" para o mercado japonês. O Japão só importa carne "in natura" de regiões livres de febre aftosa, sem vacinação. O estado de Santa Catarina é a única unidade da Federação no momento que detém status sanitário "livre de febre aftosa, sem vacinação", condição reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2007, após vultosos investimentos federais, estaduais e da iniciativa privada do Brasil.

Após diversas gestões brasileiras pela abertura do mercado nipônico, as autoridades japonesas encaminharam, em 27 de novembro de 2009, um segundo questionário referente ao processo de liberação das exportações de carne suína "in natura" de Santa Catarina, respondidos pela Parte brasileira em fevereiro corrente.

Cooperação técnica

Cooperação bilateral

A cooperação técnica entre o Japão e o Brasil, desenvolvida de modo ininterrupto desde 1959, mantém-se como um significativo programa bilateral em andamento, com volume de recursos superior a US$ 12 milhões, no ano fiscal 2008/2009. Tal montante representa os aportes japoneses destinados, no Brasil, aos projetos de cooperação técnica (PCT);

estudos para o desenvolvimento (ED); e ao recente programa de pesquisa conjunta, com predomínio das atividades de capacitação (treinamentos no Brasil e no Japão), envio de peritos para transferência de metodologias e conhecimentos aplicados, acompanhamento e coordenação de projetos. Ademais, a doação de equipamentos complementa os aportes do Japão em parte dos projetos bilaterais. O programa conta com participação de instituições brasileiras de diversos setores, do Governo Federal e de estados e municípios. A avaliação da cooperação técnica japonesa por parte das instituições brasileiras é bastante positiva.

As ações oficiais amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 22/09/1970, são divididas em projetos e atividades. As áreas prioritárias da cooperação técnica Brasil-Japão, definidas em Reunião Anual sobre Cooperação Técnica e Financeira, para 2009, foram meio ambiente, indústria, agricultura, saúde e desenvolvimento social. Nesse contexto, a área de meio ambiente recebe grande destaque, por parte do Governo japonês, e, em vista da relevância do tema ambiental para a sociedade japonesa, as decisões de Tóquio sobre o programa de cooperação com o Brasil acompanham essa priorização. Atualmente, 22 projetos encontram-se em negociação, 14 em execução e 3 foram concluídos em 2009.

É importante recordar que a criação da JICA Brasil (Agência de Cooperação Internacional do Japão), em outubro de 2008, reflete a tendência do Governo japonês de executar de forma conjunta as vertentes técnica e financeira da cooperação. Nesse sentido, a JICA Brasil atua também na prospecção de oportunidades de cooperação que apresentem forte sinergia entre componentes de desenvolvimento técnico e de cooperação financeira.

Com respeito ao processo de análise de novas propostas de cooperação técnica pelo Japão, que segue tradicional ciclo anual, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem manifestado preocupação com o baixo percentual de projetos aprovados e sugeriu o estabelecimento de canal informal de comunicação com a JICA para atualização, esclarecimento e complementação de informações durante o período de análise das propostas formalizadas pelo Brasil. Os projetos classificados nas categorias "B" ou "C", que indicam possibilidade de aprovação futura condicionada a ajustes e/ou orçamento adicional, deveriam ser trabalhados de forma a reduzir o interstício temporal desde a sua proposição até o resultado final da análise.

Cooperação técnica trilateral

As ações de cooperação conjunta definidas no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP) foram significativamente ampliadas em

2009. Desde a formalização do JBPP, em 2000, até o ano de 2007, apenas duas atividades de capacitação no Brasil haviam sido executadas oficialmente como parte do programa. Em 2007, foi feito relançamento do mesmo, com as modalidades previstas de projetos de cooperação in loco, seminários conjuntos e os treinamentos no Brasil (TCTP).

Os treinamentos para terceiros países realizados em instituições brasileiras de excelência apresentam um histórico de sucesso de mais de 20 anos e a modalidade de treinamento TCTP, concebida para beneficiar técnicos de países latino-americanos, africanos de expressão portuguesa e do Timor Leste, representa ação pioneira de cooperação trilateral.

A parceria Brasil-Japão consolidou-se, em 2009, com a perspectiva de ações conjuntas que possuem um caráter estruturante, com o desenvolvimento de capacidades e a instalação de infra-estruturas adequadas. Estão em curso e em negociação mais de uma dezena de iniciativas em benefício de países da América Latina e da África nas áreas de agricultura, saúde, formação profissional, saneamento, administração e segurança pública.

Em 17 de setembro de 2009, foi assinado pela ABC, JICA e pelo Ministério da Agricultura de Moçambique, Memorando de Entendimento do Programa de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical Africana, denominado ProSAVANA JBM, a ser realizado em Moçambique. O Programa visa a incrementar o aproveitamento das terras agrícolas do norte de Moçambique, que atualmente gira em torno de 4%, com a transferência de conhecimentos de instituições brasileiras de reconhecida experiência, como a Embrapa, a Emater-DF e o SENAR. Essa entidades atuarão em parceria com os governos moçambicano e japonês para utilização, com as devidas adaptações, das técnicas utilizadas no bem sucedido Projeto Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

ANEXOS

Cronologia dos Principais Fatos do Japão

710-784: Período Nara. Difusão do Budismo.
794-1185: Período Heian. Capital em Kyoto.
1192-1333: Período Kamakura. Predomínio da classe dos samurais.
1338-1573: Xogunato Muromachi ou Ashikaga. Guerra civil (1462-1472).
1542: Primeiros contatos com o Ocidente. Chegada de missionários jesuítas.
1603-1867: Xogunato de Tokugawa.
1853: Chegada da frota dos EUA. Início da era moderna japonesa.
1868-1912: Período Meiji. Modernização do Japão.
1889: Promulgada primeira Constituição, que consagra a monarquia hereditária.
1894-1895: Guerra Sino-Japonesa.

1904-1905: Guerra Russo-Japonesa.
1912-1926: Reinado do Imperador Taisho.
1931: O Japão invade militarmente a Manchúria.
1933: O Japão retira-se da Liga das Nações.
1937: Início da guerra não-declarada com a China.
1940: Firmado pacto com Alemanha e Itália (setembro).
1941: Ataque-supresa a Pearl Harbor (7/12).
1941-1942: Forças japonesas ocupam o Leste da Ásia e o Pacífico.
1945: Bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki (6 e 9/8). Rendição do Japão (2/9).
1946: Promulgada nova Constituição democrática (3/11).
1951: Firmada formalmente a paz com o Ocidente.
1952: Fim da ocupação militar norte-americana (abril).
1954: Tratado de defesa mútua com os EUA.
1955: Início do predomínio do Partido Liberal-Democrático (PLD) no Governo.
1960-1980: Grande crescimento industrial e recuperação econômica.
1989: Morre o Imperador Hirohito. Sucede-o seu filho, Akihito.
Década de 1990: Crise econômica.
2006: Shinzo Abe sucede Junichiro Koizumi como Primeiro-Ministro.
2007: Yasuo Fukuda sucede a Shinzo Abe como Primeiro-Ministro.
2008: Taro Aso sucede a Fukuda como Primeiro-Ministro.
2009: O PDJ, até então na oposição, conquista significativa vitória nas eleições gerais de agosto. Yukio Hatoyama toma posse como novo Primeiro-Ministro (setembro).

Crise financeira mundial provoca forte desaceleração da economia japonesa (queda de 5,3% no PIB).

Cronologia das Relações Brasil-Japão

1895: Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.
1897: Abertura das respectivas representações diplomáticas.
1906: Abertura do primeiro estabelecimento comercial japonês no Brasil.
1908: Início da imigração japonesa no Brasil (chegada do navio Kasato Maru).
1928: Início da imigração japonesa na Amazônia.
1942: Rompimento de relações diplomáticas.
1952: Restabelecimento das relações diplomáticas.

Recomeço da imigração japonesa (chegada do Santos Maru à Amazônia).
1954: Entrada no Brasil do Fuji Bank, empresa pioneira no pós-guerra.

1955-1960: Estabelecimento no Brasil das principais "tradings" japonesas (Marubeni; Mitsubishi; Itochu; Nissho-Iwai/Sojitz; e Mitsui).
1958: Visita do Príncipe Mikasa e esposa (50 anos da imigração japonesa).
1958: Inauguração da Usiminas.
Chegada do primeiro vôo da Varig ao Japão.
1959: Visita do Primeiro-Ministro Shinsuke Kishi ao Brasil.
Estabelecimento da Toyota do Brasil.
Início das operações da Ishibrás (Ishikawajima do Brasil).
1965-1972: Estabelecimento no Brasil de fábricas japonesas (Ajinomoto, Toshiba, Panasonic, Yakult, NEC, Yamaha, Honda, Sharp e Sony).
1967: Visita do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko ao Brasil.
1969: Primeiro nikkei a assumir um Ministério brasileiro (Fábio Yassuda).
Década de 70: Novo ciclo de investimentos japoneses no Brasil (Carajás, Albrás, Usina de Tubarão).
1970: Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1974: Visita do Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka ao Brasil.
Criação do Comitê de Cooperação Econômica Brasil-Japão.
1976: Visita do Presidente Geisel ao Japão.
1978: Visita do Príncipe Herdeiro Akihito e da Princesa Michiko (70 anos da imigração japonesa).
1978: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).
1982: Primeiro-Ministro Zenko Suzuki e Príncipe Naruhito visitam o Brasil.
1984: Visita do Presidente João Baptista Figueiredo ao Japão.
Assinatura do Acordo de Cooperação na área de Ciência e Tecnologia.
Estabelecimento da Companhia Vale do Rio Doce no Japão.
1988: Visita do Príncipe Fumihito ao Brasil (80 anos da imigração japonesa).
Década de 1990: Início do processo de emigração de brasileiros para o Japão.
Jogadores de futebol brasileiros se destacam na "J-League".
Empresas automobilísticas japonesas investem no Brasil.
1990: Entrada em vigor da nova lei japonesa de imigração.
1994: Ministro dos Negócios Estrangeiros Yohei Kono visita o Brasil.
1995: Centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.
Visitas do Vice-Presidente Marco Maciel ao Japão e da Princesa Nori ao Brasil.
1996: Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão.
Visita do Primeiro-Ministro Ryutaro Hashimoto ao Brasil.
1997: Visita do Imperador Akihito e da Imperatriz Michiko ao Brasil.

1998: Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Keizo Obuchi ao Brasil.
Visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Japão.
2002: Visita do Chanceler Celso Lafer ao Japão.
2004: Visita do Chanceler Celso Amorim ao Japão.
Visita do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi ao Brasil.
Criação do G-4.
Criação do Grupo de Trabalho sobre Biomassa.
2005: Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão.
Assinatura do Programa Conjunto de Revitalização das Relações Econômicas.
Reunião, no Brasil, do "Conselho Brasil-Japão para o Século XXI".
2006: Adoção do padrão de televisão digital com base no sistema japonês ISDB-T.
Reunião, em Tóquio, do "Conselho Brasil-Japão para o Século XXI".
2006: O técnico Zico comanda a Seleção Japonesa na Copa do Mundo.
O número de brasileiros residentes no Japão ultrapassa 300 mil.
2007: Reuniões, em São Paulo e em Tóquio, do "Conselho de Sábios".
Aquisição dos primeiros aviões da Embraer pelo grupo Japan Airlines.
Aquisição da refinaria Nansei Sekiyu pela Petrobrás.
Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, em Tóquio.
2008: Ano do Intercâmbio Brasil-Japão (Centenário da imigração japonesa ao Brasil).
Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, ao Japão (janeiro).
Visita da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao Japão (abril).
Visita do Príncipe Herdeiro Naruhito ao Brasil (junho).
Visita do Ministro de Economia, Comércio e Indústria, Akira Amari, ao Brasil (julho).
II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Biomassa, em Brasília (julho).
Cúpula do G-8, em Hokkaido. Encontro entre o Presidente Lula e o PM Yasuo Fukuda (julho).
2009: I Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos (fevereiro).
Anúncio pelo Governo japonês de medidas de apoio à comunidade brasileira no Japão (março).

II Reunião do Comitê Conjunto de Promoção Comercial e de Investimentos (setembro).
2010: IV Reunião Ministerial do FOCALAL e Consultas Políticas Brasil-Japão, em Tóquio (janeiro).

Aviso nº 260 - C. Civil.

Em 5 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Japão.

Atenciosamente,

ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, de 12/05/2010.